

**ENTRE IRONIAS E DEBOCHES:
REPRESENTAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DAS
MULHERES NO *DIÁRIO DE MONTES CLAROS* NA
DÉCADA DE 1970**

***INBETWEEN IRONIES AND DEBAUCHERIES:
WOMEN VIOLENCE REPRESENTATIONS IN THE JORNAL DE
MONTES CLAROS IN THE 70'S***

***ENTRE IRONÍAS Y LIBERTINAJE:
REPRESENTACIONES SOBRE LA VIOLENCIA DE LAS MUJERES
EN EL DIARIO DE MONTES CLAROS EN LA DECADA DE 1970***

Cláudia de Jesus Maia^(*)
Leonardo Turchi Pacheco^(**)
Regina Célia Caleiro^(***)

Resumo: Este artigo pretende elaborar uma reflexão acerca dos discursos e representações produzidas por matérias de jornais cujos enfoques privilegiam a violência perpetrada pelas mulheres. Nesse sentido, foram utilizadas notícias veiculadas no *Diário de Montes Claros*, periódico norte-mineiro, entre os anos de 1971, 1972, 1975 e 1979. A partir dos dados coletados, procura-se compreender os processos de construção pela mídia da imagem da mulher agressora, ou seja, uma mulher que não se afigura mais como vítima, mas sim como protagonista de situações de violência. Em 119 notícias, as mulheres figuraram como agentes de diversas formas de violência: assassinatos, tentativas de homicídio, lesões corporais, infanticídios e abortos. Argumentamos que as notícias retratam

^{*} Claudia Jesus Maia é Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB), com período sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. Professora adjunta do Departamento de História e dos Programas de Pós-graduação em História e em Letras/Estudos Literários da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Líder do Grupo de Pesquisa Gênero e violência (CNPq). E-mail: cjmaia@gmail.com

^{**} Leonardo Turchi Pacheco é Doutor em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Mestre em Sociologia da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua como pesquisador do Grupo de pesquisa Gênero e Violência e é Professor de Antropologia no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (Unifal- MG). E-mail: leonardoturchi@gmail.com

^{***} Regina Célia Lima Caleiro é Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gênero e Violência; professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e do Programa de Pós-graduação em História desta universidade. E-mail: regina.caleiro@hotmail.com

as mulheres de maneira ambígua: num momento elas são acusadas como frias e calculistas e noutros são isentadas dos crimes mediante o entendimento de que foram ingênuas, pois que são apenas mulheres, e não é característica da sua natureza a violência e sim a doçura. Ainda quando os homens são as vítimas, as notícias enfocam o caráter de anormalidade da situação. O deboche, o riso e a jocosidade são estratégias discursivas usadas para produzir sentidos e desqualificar a violência das mulheres.

Palavras-chave: gênero, violência, representações, discursos, mídia

Abstract: The aim of this article is to reflect on discourses and representations of written media about female violence, the construction processes of aggressive women image by the media. The data are 119 news of 1971, 1972, 1975 and 1979 from the *Diário de Montes Claros*, a northern Minas Gerais newspaper. The collected news depict women as agents of various forms of violence: murder, attempted murder, bodily injury, infanticide and abortion. We argue that the news portray them in an ambiguous way: sometimes they are accused of being cold and extremely rational, and at other times they are excused of their crimes on account of the understanding of their naivety. Since they are just women, it is not their nature to commit acts of violence; they should be docile and nurturing, say the common sense. When men are the victims, the media focus on the character of the abnormality of the situation. Mockery, laughter and jocosity are the main discourse strategies to produce meanings and disqualify the violence committed by women.

Keywords: gender, violence, representations, discourses, media

Resumen: Este artículo pretende elaborar una reflexión acerca de los discursos y representaciones producidas por materias de periódicos cuyos enfoques privilegiaban la violencia perpetrada por las mujeres. En ese sentido, fueron utilizadas noticias difundidas en el *Diario de Montes Claros*, periódico norte-minero, entre los años de 1971, 1972, 1975 y 1979. A partir de los datos colectados, procurase comprender los procesos de construcción por los medios de comunicación del imagen de la mujer agresora, o sea, una mujer que no se figura más como víctima, pero sí como protagonista de situaciones de violencia. En 119 noticias, las mujeres figuran como agentes de diversas formas de violencia: asesinatos, tentativas de homicidio, lesiones corporales, infanticidios y abortos. Argumentamos que las noticias retratan las mujeres de manera ambigua: en un momento ellas son acusadas como frías y calculadoras y en otros son eximidas de los crímenes mediante el entendimiento de que fueron ingenuas, pues son apenas mujeres, y no es característica de su naturaleza la violencia y sí la dulzura. Aun cuando los hombres son las víctimas, las noticias enfocan el carácter de anormalidad de la situación. El libertinaje, la risa y la jocosidad son estrategias discursivas usadas para producir sentidos y descalificar la violencia de las mujeres.

Palabras-clave: género, violencia, representaciones, discurso, medios de comunicación.

Introdução

Em 2012, uma revista semanal brasileira conservadora e de posições políticas de direita veiculou, em sua capa, o caso de uma mulher, ex-prostituta, que matou, esquartejou e espalhou os restos mortais de seu marido milionário pela cidade de São Paulo, enquanto a filha de um ano dormia no berço. A reportagem que se seguia contrastava com a foto da capa da revista. Nela, uma mulher loira, aparentemente deitada, era retratada com um olhar angelical, quase infantil, abraçada a um urso de pelúcia, ao passo que, nas seis páginas principais outras fotos, desenhos e o texto escrito em 12 mãos exploravam, com grande dramaticidade e detalhe, o crime. Ela matou e esquartejou, num ato de loucura, motivada por ciúme e pela agressão do marido, abandonando a filha recém-nascida no quarto do casal, enquanto cometia as atrocidades, lia-se na revista. Nos vários meses que se seguiram à notícia, outras, em outros meios de comunicação, foram agregando detalhes à violência perpetrada por aquela mulher. Detalhes e mais detalhes, conjecturas e mais conjecturas foram aventadas: ela era ex-prostituta, de família não estruturada, ela seria psicopata, agiu irracionalmente frente à traição do marido, ela só poderia ter sido ajudada por outro homem, nenhuma mulher sozinha seria capaz de proceder de tal modo.

Apesar de esta notícia ser do início do século XXI, os discursos múltiplos – positivistas, médicos, religiosos, jurídicos, jornalísticos – proferidos no início do século XX parecem ainda em voga. Estes fincaram raízes no imaginário coletivo, construíram e alimentaram representações sobre o feminino, quase sempre associadas ao amor materno, ao recato, à religiosidade e ao altruísmo, em decorrência de uma suposta “natureza feminina”. Atributos que deveriam ser ostentados, especialmente na vida privada, considerada como lugar “natural” das mulheres. E como indica Aragão (1983) em um artigo de caráter exploratório sobre a categoria “esposa-mãe” na estrutura de pensamento e comportamento das sociedades mediterrâneas e no Brasil: as mulheres, ao longo de sua vida, vivem na margem. Na margem entre a imagem da mãe, figura sagrada, e o seu oposto, desencadeador dos medos masculinos sobre a desestruturação da ordem familiar, a profana, prostituta. Daí a necessidade de controle sobre elas, sobre sua sexualidade e a manutenção da oposição casa/rua, mãe/prostituta. Percebe-se que a notícia que iniciou este artigo, assim como as que se seguirão, torna turva essa distinção, colocando em questão os discursos sobre a natureza e o local do feminino.

A partir da década de 1960, essas imagens e representações da mulher passiva, dócil, dependente, presa ao domínio do privado, invisível e silenciada, ancoradas nas construções de gênero e na luta feminista, mudam (apesar de questionadas e ressignificadas, elas não desaparecem e, volta e meia, voltam aos discursos das instituições). Sem nos atermos às discussões acerca dos motivos que impulsionaram essa mudança, direcionamos nossas

reflexões ao fato de que a visibilidade feminina, nos mais diversos espaços públicos, contribuiu para que a violência perpetrada pelas mulheres também se tornasse pública, visível, preocupante e alvo de questionamentos teóricos e metodológicos, entre os que se interessam pelas questões da violência.

As mulheres estão mais visíveis, mesmo que, nas acusações de Badinter (2005), impere o silêncio midiático sobre mulheres agressoras, que o estereótipo feminino não seja recorrentemente relacionado a atos violentos e haja omissões feministas sobre esse fato.

Do lado feminista, o assunto é tabu. Permanece impensável e impensado tudo aquilo que diminuiu o conceito de dominação masculina e da imagem das mulheres vítimas. Quando se fala disso, é sempre da mesma maneira: primeiro, a violência feminina é insignificante; segundo, é sempre uma resposta à violência masculina; por último, essa violência é legítima (BADINTER, 2005, p.75).

Quase na mesma direção de Badinter, Soares (2009) propõe pensar a violência conjugal nas suas dimensões dinâmicas. Não focar nos agentes isolados, mas nas relações interativas que desencadeiam a violência e os significados que cada um deles tem sobre o que seria violência. A autora, assim como nós, reconhece que as mulheres são as mais afetadas pela violência doméstica, mas nem por isso deixam de ser capazes de realizar atos violentos.

Se pensada a partir da dimensão dinâmica, a articulação entre violência e gênero, conforme ressaltam Mireya Suárez e Lourdes Bandeira, envolve “agressões que encontram sua origem nas relações entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens, incluindo a violência praticada por mulheres contra homens” (SUÁREZ; BANDEIRA, 1999, p.24). A violência de gênero é, assim, um processo que envolve relações conflituosas, tanto afetivas e emocionais quanto calculadas e utilitárias entre homens e mulheres, mulheres e homens entre si. As autoras também chamam a atenção para o fato de que, ao adotar atitudes que, normalmente, não são consideradas tipicamente femininas, as mulheres transgressoras têm a possibilidade de renegociar a sua identidade de gênero. Nesse sentido, essas autoras esclarecem:

Muitos dos acontecimentos violentos que ocorrem no âmbito interpessoal – se não todos – são antecedidos por conflitos abrigados nos diferentes relacionamentos de gênero, que são relacionamentos que podem pôr em relação conflituosa não apenas homem e mulher, mas também mulher e mulher ou homem e homem. A relação entre violência e gênero é útil para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e homens como vítimas e autores/as mas também, o seu envolvimento como sujeitos que buscam firmar, mediante a violência, suas identidades masculinas e femininas (SUÁREZ; BANDEIRA, 1999, p.16).

Saffioti (1994) e também Machado (2009 e 2010) se posicionam contrárias à visão de Badinter e defendem que a dominação masculina, institucionalizada pelo Estado, faz da violência do homem legítima, quando realizada contra as mulheres. Seja como um corretivo, como defesa da honra, a ideologia do Estado permite a violência de gênero. Como evidenciam as autoras, o Estado brasileiro, historicamente, posiciona-se, assimetricamente, nas relações entre os gêneros, colocando o maior peso, talvez o único peso e valor, nos direitos masculinos. “Quando o agressor é homem, julga-se sempre no direito de bater em mulher, seja esposa, conhecida ou desconhecida” (SAFFIOTI, 1994, p.448). Daí a importância das recentes conquistas jurídicas como a lei “Maria da Penha”, mesmo com os paradoxos da expansão dos direitos das mulheres indicados por Sorj e Moraes (2010), marcados pela renegociação das vítimas do pacto conjugal, ao denunciarem os agressores e, logo depois, retirarem a denúncia. Por outro lado, o ato violento pode ser interpretado como uma reivindicação, mesmo que enviesada, da equivalência de poder, na esfera de gênero. Rosemery de Oliveira Almeida (2001) indica que, ao agredir, a mulher estaria marcando sua posição de poder frente às suas vítimas homens, mulheres ou crianças. Portanto, a violência pode ser vista como uma forma de resistência ao modelo de dominação masculina e à estrutura patriarcal reproduzida nas diversas instituições sociais da sociedade contemporânea.

Sem desconsiderarmos o momento atual, os debates em pauta e as agendas em desenvolvimento, entendemos que abordar a violência praticada pelas mulheres significa retirar-lhes o papel de eternas vítimas e dizer que elas são humanas. Ou seja, reiteramos que, assim como outros sujeitos, elas são também capazes de atos violentos, como infanticídios, assassinatos e agressões. Ao nos debruçarmos sobre a violência das mulheres, buscamos a sua desnaturalização enquanto sujeitos “naturalmente” dóceis, fracos, indefesos e a desconstrução de discursos sobre as “mulheres desviantes” de um modelo idealizado nas representações elaboradas socialmente para o comportamento feminino, e que estabelecem “do lado do extraordinário e da exceção a mulher violenta e do lado do ordinário e da norma, a mulher vítima” (DAUPHIN, 1997, p.95).

Assim, nosso objetivo neste trabalho é analisar a construção de representações e discursos sobre mulheres violentas na mídia norte-mineira da década de 1970 (entre os anos de 1971 e 1979) por meio do *Diário de Montes Claros*. Foram levantadas 502 notícias relativas à violência de gênero, no período indicado. Em 119 notícias, as mulheres figuraram como agentes de diversas formas de violência: assassinatos, tentativas de homicídio, lesões corporais, infanticídios e abortos. Selecionamos, deste universo, algumas notícias e manchetes que possibilitaram analisar os sentidos produzidos pelo jornal sobre mulheres violentas. Elas foram analisadas em dois. No primeiro,

apontamos para as representações ambíguas das mulheres agressoras pela mídia. Ora são retratadas como assassinas cruéis, desalmadas e frias. Ora são tratadas como ingênuas irracionais e vítimas facilmente manipuladas por amantes vingativos. No segundo momento, apontamos para as representações que conjugam jocosidade, ironia, deboche e desumanizam as agressoras femininas. Nessa relação, os homens são retratados como incautos e descuidados por sofrerem as agressões, mas também são “desmasculinizados” pelo descontrole proporcionado pelo uso do álcool: portanto não são homens e sim meninos, aqueles que apanham das mulheres.

Mídia e discursos

O jornal *Diário de Montes Claros* foi fundado em maio de 1962, com o propósito de atender aos interesses de Montes Claros e do Norte de Minas, alegando ser, em suas edições, “(...) isento de paixões políticas, sereno, elevado em seus propósitos, justo e criterioso na busca da verdade, acima de tudo” (PAULA, 1979, p.210).

Não obstante se chamar “Diário”, o jornal tinha por semana três edições. Jornalistas como Jorge Silveira, Felipe Gabrich, Leonardo Campos e Fernando Zuba estavam encarregados de definir posições corretas nos editoriais, a fim de construir um jornal sério e honesto. O jornal trazia, em sua base, as tendências da Imprensa Sensacionalista Popular, de pós 1950, marcada pela “cultura da violência e pela dramatização do cotidiano, com títulos enormes, ilustração abundante e textos condensados.” (ZICMAN, 1985, p.92).

A coluna policial do Jornal se constituía, basicamente, dos relatos das ocorrências policiais. Assim, o discurso da notícia se baseia no relato de uma das “versões do fato”, em geral, relatada pela vítima nos Boletins de Ocorrência, seguido do enquadramento policial, ou conforme relato da autoridade policial, quase sempre o delegado.

Esse tipo de discurso, conforme sublinha Tânia Montoro (1999) desconsidera a multiplicidade das versões que existem sobre os acontecimentos e privilegia, na maioria das vezes, as interpretações “oficiais” dos agentes policiais. O maior número de ocorrências, principalmente aquelas que envolviam prostitutas detidas por algum delito, ocorria nos finais de semana. Assim, a edição da segunda-feira trazia um número maior de notícias de violência. Nesse caso, a ênfase da notícia recai sobre aquelas mais sensacionalistas ou que podem ser tratadas em tom jocoso, irônico, como no caso da violência praticada pelas mulheres e, principalmente, da violência entre mulheres. É possível afirmar que os delitos, quando protagonizadas por mulheres, possuíam um caráter pretensamente dramático. As chamadas das matérias ilustram esse fato: “De repente uma facada nas costas” (*Diário de Montes Claros*, 1975); “Mulher esfaqueia seu amante e outra deita no as-

falto para morrer” (Diário de Montes Claros, 1979); “Fim-de-semana foi da mulher: uma bate na mãe, outra desafia e a terceira é flagrada nua” (Diário de Montes Claros, 1979).

As mulheres são representadas, no discurso jornalístico que explora a violência de gênero, como transgressoras, sujeitos desviantes e que atuam em espaços marginais da sociedade. Como Tânia Montoro, entendemos que essa modalidade de discurso “tanto expressam a realidade social como contribuem para (re)criá-la e (re)sedimentá-la em um único movimento” (MONTORO, 1999, p.107). O discurso como estratégia para se exercer o poder pode ser visto como fragmentado e descontínuo, como faz crer Foucault (1988). Não haveria ambivalência entre os diversos discursos construídos sobre os dominantes e dominados, o admitido e o excluído, nas diversas esferas sociais. Os discursos se misturam, para melhor se adequarem às estratégias de poder. As estratégias são variadas e os sentidos dos discursos podem ser paradoxais. Em outras palavras, em momentos distintos, o mesmo discurso pode ser usado como uma forma de qualificar ou desqualificar uma mesma característica física, comportamental, generificada, geracional, entre outras. Henrietta Moore (2004), assim como Foucault, acredita que os discursos produzem sujeitos marcados por gênero. Os discursos, sendo múltiplos, produzem também uma multiplicidade de maneiras de ser homem e mulher, dependendo do contexto cultural e da posição que os indivíduos ocupam, em determinado tempo e espaço.

Os discursos constituem sujeitos engendrados, pois são produzidos de forma diferenciada e assimétrica como homens e mulheres, argumenta Teresa de Lauretis. Assim, o gênero, conforme Lauretis (1994, p.209), é tanto uma representação quanto auto-representação, e, como tal, é produto e processo de certo número de tecnologias sociais, de discursos institucionalizados, epistemologias e práticas críticas. As “tecnologias de gênero”, apontadas por Lauretis, mostram poderes disseminados que criam e difundem imagens, papéis e comportamentos femininos e masculinos. Essas estratégias discursivas ficaram evidentes nas matérias do jornal, aqui analisadas, sobre mulheres violentas.

As representações, assim como os discursos, são produzidas de formas múltiplas, plurais e preñes de possibilidades de dominação. A realidade adquire sentidos e delimita as possibilidades de ação tendo como parâmetro as representações que dela fazem os atores, em suas interações e relações cotidianas. A representação social é entendida, assim como propõe Jodelet (2001), como um saber prático, simbólico-qualificador e classificador da realidade, pois é passível de construção intersubjetiva, mas também torna o outro um objeto de interpretação ideal, simbólica, social, etc. Portanto, a representação social não é necessariamente um conhecimento que reflete a realidade sem distorções. Conforme Jodelet (2001, p.17-8), as representa-

ções “(...) circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”, como no jornal que passamos a analisar.

Entre a crueldade e a ingenuidade

Nas páginas do Diário de Montes Claros, as mulheres não figuraram somente como mães amáveis, distintas senhoras devotas e benevolentes, ou beldades da sociedade, mas também como assassinas cruéis, violentas, desordeiras, mães desalmadas que tiveram como vítimas filhos, pais, vizinhos, viúvas indefesas e maridos devotados. As notícias estampadas no periódico são testemunhos do comportamento pouco afeito às normas sociais que se espera das “boas mulheres”. É nisso que fazem crer as notícias veiculadas nos dias 18 de Fevereiro, 23 de Abril de 1972 e 20 de Fevereiro de 1979.

No dia 23 de Abril de 1972, domingo, o jornal apresentou uma manchete que ocupava a parte superior da página: “Mulher que matou marido (e que estava foragida) foi presa em São Paulo”. A notícia narra o envolvimento de Maria de Nazaré e de Dionísio, seu amante, no assassinato de seu marido Benedito Fernandes. Segundo a reportagem, Nazaré teria atirado três vezes e desferido 28 facadas contra seu marido. Em outra notícia, o jornal informa que ela havia matado o marido a machadadas. Afora as diferenças nas informações, o que importa ressaltar é a ênfase sobre a crueldade do assassinato, o que conduz o leitor a formar uma imagem de Nazaré como uma mulher fria, perversa e cruel, que não só matou o marido, mas o fez brutalmente. Depois do homicídio, foi à delegacia denunciar o crime que, segundo ela, havia sido perpetrado por ladrões de gado. No entanto, seu vestido estava sujo de sangue, atraindo para si a desconfiança do crime. Interrogada, Nazaré confessou o crime. Seu amante fugira e continuava foragido. Nazaré foi sentenciada a 18 anos de reclusão, cumpriu um, fugiu e foi recapturada em São Paulo.

A notícia explora a representação da mulher que não é aquela culturalmente construída e muito menos idealizada. Nazaré não tem nada de frágil, passiva, carinhosa e dócil. Matou o marido com três tiros e 28 facadas.

Assim como a mulher do delegado, sete anos mais tarde – “Mulher do delegado responde com tiro” – que atirou em desordeiros que rondavam sua casa, Nazaré inverte a ordem do imaginário social, quando utiliza um objeto tido como símbolo de masculinidade para cometer o crime contra seu marido. Como aponta Connel (1995), apesar de parecer um clichê batido, armas (assim como o machado) são objetos que simbolizam virilidade, pois são associados ao falo. Dessa forma, Nazaré foi representada como alguém que fugiu a norma social desejada.

Por outro lado, Nazaré também é associada a outro estereótipo feminino, ela é a mulher perversa que trama o assassinato contra o marido. Ela é

retratada como uma mulher sem controle, mentirosa, que foge da prisão e que precisa ser recapturada. Mas o discurso também produz outros sentidos: Nazaré se apresenta como a mulher ingênua e influenciável, que mata por amor a um homem que a seduziu. A ingenuidade é realçada quando ela, mesmo com a roupa cheia de sangue, vai denunciar a morte de seu marido. Ingenuidade que beira à burrice, à falta de bom senso, de ação racional – isso é que deixa entrever a notícia. Além disso, ela sozinha não teria cometido tal atrocidade, ela foi conduzida, levada pelo amante.¹

Da mesma forma é representada Maria Inês Dias, doméstica, moradora da zona rural, que no dia 18 de fevereiro foi retratada no Diário de Montes Claros como uma mulher traçoeira que espancou seu marido 31 anos mais velho e tentou matá-lo com uma foice. Novamente, os discursos estabelecem um movimento pendular que ora aponta para a agressora como uma mulher apaixonada e suscetível aos apelos do amante, ora aponta a agressora como cruel, insensível e maquiavélica.

Risos, deboches, ironias e o menino incauto

Outro crime, com características passionais, como registra o discurso do periódico, aconteceu no final da década de 1970. No dia 20 de fevereiro de 1979, o Diário de Montes Claros apresentava a manchete “Marido agredido por sua mulher deu queixa na polícia”. A notícia aponta para algo que até então não era verificado nos anos anteriores: ao invés da denúncia de agressão ao homem ser feita por testemunhas, agora ela foi feita pela própria vítima. No desenrolar do texto, fica claro que o marido foi agredido com uma faca, pela sua própria esposa, e resolveu ir a delegacia dar queixa da agressão. A esposa é intimada a comparecer na delegacia e explicar os

¹ O assassinato ocorreu no dia 04/11/1970, e a denúncia foi feita no dia seguinte. Nazaré foi presa em 11/11/1970. No processo, ela figura como mandante e Dionísio Moreira como executor. O julgamento de Nazaré ocorreu no dia 11/05/1971, quando ela foi condenada a 18 anos e meio de reclusão, mas o advogado recorreu da sentença, sendo a pena reduzida para 16 anos e, posteriormente, para 14, dos quais ela cumpriu a metade em regime fechado e o restante em regime semi-aberto. O processo possui 230 páginas e encontra-se anexado a ele o Livramento Condicional de Nazaré com 21 páginas. Neste, há informações sobre a conduta carcerária dela e consta que, depois de condenada, ela fugiu para São Paulo, mas foi recapturada. Quanto aos detalhes que chamam a atenção: A negociação da compra da arma foi feita com linguíça. A ré muda a versão do depoimento por três vezes. No primeiro, ela assume a intenção de matar o marido, “pois já não suportava as suas ruindades”, tendo acertado tudo com Dionísio, inclusive prometendo gratificação. No segundo, ela alega que a compra da arma não tinha a finalidade de eliminar seu esposo, era somente mais uma transação comercial que estava acostumada a fazer, e que não prometeu qualquer gratificação para que Dionísio cometesse o crime. No terceiro, ela chega a dizer que vivia bem com o esposo e apresenta uma nova versão para o crime, em que teria havido luta corporal entre Dionísio e seu marido. Neste terceiro, ela fala, ainda, que na fase policial, foi coagida pela polícia do DOPS, que puxou-lhe o cabelo e apertou-lhe o nariz, dando também um bate no pescoço. O processo encontra-se na Divisão de Pesquisa e Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

motivos de seu ato, mas nada é esclarecido. É interessante notar que não se fala, explicitamente, em relação às características da mulher agressora. O que se afirma é que, apesar de bastante surpreso, pois não esperava tal atitude de sua companheira, o esposo agredido foi suficientemente vivo e sagaz para se desvencilhar das facadas. O sentido produzido é que o marido foi sagaz e competente, enquanto que a sua esposa foi exatamente o inverso disso: tonta e incompetente. Ao adotar uma atitude culturalmente atribuída aos homens e contrária à “natureza” feminina, ela teve como consequência o fracasso da sua empreitada. Aqui, a matriz de sentido principal é a sagacidade, agilidade e esperteza do homem para escapar dos golpes, atitude que não comprometeria traços da sua masculinidade, mediante a fúria e a violência de uma esposa que deveria ser dócil, amável e que necessita da “proteção marital”. Não obstante, tais sentidos não aparecem quando a agressão ocorre fora das relações conjugais e as vítimas são outros homens.

No dia 7 de maio de 1972, uma pequena manchete foi veiculada na primeira página do *Diário de Montes Claros* com o título: “Quis tirar ‘onda’ e apanhou das mulheres”. A notícia explora, em tom irônico, a desventura de Gentil de Jesus, que “deu uma de artista” e, embriagado, levou umas “palmadas” das meninas de Dona Guiomar. Ele foi culpado pela violência sofrida. A violência com que tratava as prostitutas refletiu na intensidade da vingança com que elas o subjugaram. Ele aparece para elas como o inimigo imediato, uma ameaça à integridade física delas, ao desempenho das suas atividades e à ordem do estabelecimento.

Mas ele apanhou porque estava embriagado, relata a notícia. O sentido produzido foi que, a vítima, assim como um menino levado, merece palmadas e ser castigado. Não é homem, mas sim menino – dado os efeitos do álcool –, por isso apanhou das mulheres, colocadas para “dar um jeito nele”. Em *Meu lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade*, Matos (2001), em outro contexto histórico, revela que os discursos dos médicos e demais policiais da saúde pública traçaram perfis para os ébrios. Estes perfis estavam diretamente relacionados com a fase da bebedeira: assim surgiam o cordeiro, o tigre e o porco. O cordeiro seria o homem gentil, palhaço, uma criança. O tigre seria a fase da violência, da valentia e descontrole. O porco seria a fase do fim da bebedeira onde a honra e a moral estariam perdidas.

Como afirma a autora:

Numa primeira fase a do “gaiato”, que fazia graças. Em geral, eram inconvenientes, e alguns autores destacavam uma grande variação de manifestações nesse primeiro momento, que iam do expansivo-alegre ao meditando-taciturno-tímido; tornavam-se agitados, nervosos, irritáveis, discutindo com ênfase; ainda locomoviam-se com facilidade, em companhia de outros; causavam danos a propriedades, “agindo como garotos”, atiravam pedras, invadiam jardins. Pode-se perceber que se questionava um com-

portamento masculino mais extrovertido, aproximando-o ao ridículo, comparável ao macaco e as crianças, agindo por ímpetos, sem racionalidade. (MATOS, 2001, p.59).

Pode-se perceber que há uma hierarquização entre as masculinidades dominantes e subalternas. E, nestas, a categoria menino aparece no nível mais baixo, pois que é dependente econômica e emocionalmente (precisa de cuidados como os animais domésticos) dos seus genitores, além de ter como seu lócus social o âmbito privado doméstico; a casa. Não são responsáveis por seus atos, não precisam manter a palavra, não possuem honra, são sexualmente passivos – inativos. Faltam a razão, o controle e o poder de decisão.

O que se percebe é que o homem, quando agredido pelas mulheres, principalmente as “públicas”, em luta corporal, são vítimas de deboche pelo noticiário. Em 1975, outro “Gentil” é vítima da sanha de uma mulher. O pobre Gentil Ferreira da Silva foi esfaqueado pelas costas por Geralda Mendes da Silva, de 19 anos, na defesa do seu amante, Alcides Paulo Ferraz, conforme informou a notícia “De repente uma facada nas costas”. Também o “coitado do Reinado”, que foi “apedrejado pela própria amante” Helena. Importa notar que a matriz de sentido principal das notícias, nesse caso, não é a violência das mulheres, mas a situação dos homens que apanham, sua posição nessa relação de poder. Eles são retratados como bêbados, sempre desprevenidos, distraídos ou dormindo e, por isso, naturalmente mais vulneráveis. Situação corroborada em outra manchete: “Frequêntador de zona é agredido por mulher” (Diário de Montes Claros, 1979).

O mesmo tom de deboche é utilizado nas notícias e, principalmente, nas manchetes quando se trata de violência entre mulheres. A disputa entre elas é transformada em um conflito banal e apresentada como uma cena cômica de teatro que só importa, enquanto notícia, pelo riso que pode vir a despertar, uma vez que o jornal é direcionado, principalmente ao público masculino. São homens que falam para homens. As manchetes do jornal dão o destaque da notícia que, às vezes, aparece dentre outros relatos policiais. Extremamente significativas, elas conduzem o leitor a visualizar o papel assumido pelas atrizes – agressora e agredida – e a cena em que o burlesco enredo se desenrola: “Inquilina arranca cabelos da senhoria” (Diário de Montes Claros, 1972), “Estão provocando a viúva com palavrões” (Diário de Montes Claros, 1975), “Em briga de mulher somente a polícia entra” (Diário de Montes Claros, 1975), “Ficou de olho grande na lenha da mãe” (Diário de Montes Claros, 1975), “Na briga de mulheres, uma necessita de cirurgia” (Diário de Montes Claros, 1979), “Mulher ciumenta quase mata outra que começou caso com seu amante” (Diário de Montes Claros, 1979).

Em outra notícia, a manchete “Em Buritis, as mulheres é que fazem encrencas”, leva o leitor a acreditar que a violência do lugar é praticada apenas por mulheres. Desse modo, as disputas cotidianas, permeadas por dife-

rentes formas de agressão, como certamente ocorria entre muitos homens do lugar, tornou-se manchete do jornal pelo caráter de excentricidade. A notícia relata que, em Buritis, as coisas não andam muito bem para quem quer paz, devido a um problema criado entre três “madames”. Uma delas queixou-se ao delegado que “Odélia e Aparecida andam armadas com espingardas e garruchas, no intuito de, se encontrar com ela, e acertar umas contas. Além de desfilar pelas ruas de Buriti portando armas de fogo ilegalmente, as duas indiciadas sempre ameaçam a queixosa de morte”. O tom de deboche, explicitado na palavra “madame” é relevante, visto que apenas as mulheres da “alta” sociedade local receberiam tal tratamento. Arlete Farge sublinha que, ao transformar a violência entre mulheres em conflito banal, passa-se em seguida a ironizar, a rir e a criar uma rubrica de mulheres descontroladas.

Para esta autora:

[...] nunca é admitido que o homem está de acordo com esta violência e que ela não enfraquece de nenhuma maneira seu poder ou sua autoridade. Quanto à mulher, a violência que ela utiliza ocupa o espaço vazio deixado pelo jogo das instituições e do mundo masculino (FARGE, 1997, p.86). (trad. dos autores)

O *Diário de Montes Claros*, três anos mais tarde, no dia 26 de outubro, veiculou outra manchete, dessa vez em tom sério, com o título “Agrediu a mãe e a filha com pauladas”. A notícia narra uma rixa entre vizinhas, com um enredo complexo. A manchete é ambígua e confusa, se o texto não for lido na íntegra, induz o leitor a pensar que a agressora agrediu a própria mãe e a própria filha, o que certamente chamaria mais a atenção do leitor, do que uma mera disputa entre mulheres. Nesse sentido, a imagem da mãe sendo agredida a pauladas, traz à tona sentimentos de repugnância. Nada é mais vil e imoral do que o/a próprio/a filho/a agredir aquele que o/a nutriu e educou. Nas manchetes, a agressora já foi qualificada, classificada e representada como uma mulher vil, traiçoeira, anormal ou incapaz de demonstrar piedade. Caso como o de “Dona Tuta que não respeita nem o vizinho que é cego”, enfurecida, agrediu com um porrete o vizinho cego e ainda destelhou sua casa com pedrada (*Diário de Montes Claros*, 1972).

Percebemos que a construção de representações sociais sobre mulheres violentas pelo jornal está ancorada em recortes de gênero, mas também em recortes de classe. Pode-se dizer que o tratamento dispensado às mulheres agentes da violência se inverte quando a protagonista é uma mulher de classe social privilegiada. Não somente a mulher de classe mais abastada não aparece frequentemente nas páginas policiais dos jornais, mas também evita de comparecer às delegacias para denunciar seu agressor.

É o que faz crer Saffioti:

O fenômeno de violência de gênero é transversal a sociedade, ignorando fronteiras da classe social e de raça/etnia. Obviamente, como as camadas sub-privilegiadas são muito mais amplas que as bem posicionadas na estrutura de distribuição da renda nacional, seu comparecimento a delegacia de polícia para a apresentação de queixas é maciço se comparado aos demais (SAFFIOTI, 1994, p.454).

Isso pode ser verificado no caso de “Dona Alba”, assassina do próprio marido e suicida. O casal, pessoas da “alta sociedade” não é tratado de forma pejorativa, como nos casos citados anteriormente, mas com seriedade. Ao contrário da outra assassina, a cruel Nazaré que matou o marido com tiros e facadas e que ganhou várias matérias no jornal, nada é dito sobre o perfil de Dona Alba. Além disso, apesar do impacto da notícia, o jornal não dedica mais nenhuma matéria ao assassinato seguido de suicídio. Não obstante, Alba é a representação de duas imagens extremamente negativas: assassina do próprio esposo, a quem devia respeito, e a de suicida, ato que a exclui das bênçãos da igreja, após a morte. O seu (duplo) ato torna-se, assim, um desacato e uma forma de resistência ao modelo idealizado de esposa dócil e submissa “por natureza” que ela – como mulher de boa sociedade e de boa educação – provavelmente foi constituída, por isso, deve ser silenciado.

Considerações finais

No Norte de Minas Gerais, o desempenho de papéis positivos desejados socialmente para as mulheres não refletia a realidade do cotidiano. Surpreende o número de vítimas do sexo masculino, quando se imagina que às mulheres cabiam poucas alternativas diante de papéis tradicionais que se esperava que elas desempenhassem. Assim, mesmo que não sejam numerosas as reportagens, os homens, retratados como vítimas, desfazem a impressão que a mulher é sempre vítima, especialmente numa sociedade em que a violência exercida por maridos sobre as esposas quase não é alvo de condenação social.

Talvez não seja imprudência sugerir que as protagonistas das cenas de violência que analisamos, em geral mulheres de baixa condição social, não assimilaram totalmente os discursos normativos, que ressoaram com intensidade suficiente para adequar aos comportamentos das mulheres da elite, salvo raras exceções. Não pretendemos afirmar que a violência praticada por essas mulheres pode ser traduzida como ausência de regras sociais, ou desvios de conduta que se assemelhem a uma patologia. Pretendemos apenas enfatizar que seria equivocado perceber, nas transgressões, apenas aspectos de fatos excepcionais.

O que se nota no confronto entre fatos e versões colhidas no periódico é que, ao fazer uso da violência, as mulheres utilizavam uma prática

cultural e habitual no cotidiano de suas vidas e, nesse contexto, ofender fisicamente os desafetos não seria um fato inusitado, nem contrário à sua natureza.

Além disso, a análise dos discursos do jornal demonstra que, em uma sociedade conservadora, moralista e patriarcal, como a do norte de Minas Gerais, a violência das mulheres é alvo de deboche e desdém. As razões são apresentadas como insignificantes, motivadas pela intriga, a fofoca, o ciúme e a inveja, matrizes de sentido historicamente utilizadas na construção de imagens negativas das mulheres. Evidenciam-se nessas superfícies discursivas, estratégias de poder que tentam desqualificar a violência das mulheres.

Essa é também a maneira pela qual são reforçados dois estereótipos representativos da cultura local, que reserva às “mulheres de sociedade” os padrões morais que excluem a violência do comportamento feminino. Quanto aos homens, vítimas da cólera feminina, as manchetes dos jornais terminam por transformá-los em alvo de críticas pejorativas que deixam subjacentes as representações do tipo de masculinidade esperada pela sociedade local, que exclui a possibilidade de que homens verdadeiramente “machos” sejam vítimas de mulheres violentas.

Conclui-se que não deve ser por mero acaso o caráter periférico, atribuído socialmente à violência praticada pelas mulheres. O silêncio intrigante dos enunciados moralizantes do século XIX e início do século XX, acerca da violência feminina, aponta para a premissa de que, para os homens, as mulheres, pela sua própria natureza, prescindem de apelos para interditar esse comportamento. Rompido o silêncio sobre a violência das mulheres, ela passou a ser amplamente registrada nos jornais e tratada em tom jocoso, como forma de desqualificá-la, transformá-la em algo menor e sem importância, como frequentemente ocorre com aquilo que é associado ao feminino. Esse foi um dos aspectos mais relevantes suscitados pelas análises contidas neste artigo.

Referências

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ARAGÃO, Luiz Tarley de. **Em nome da mãe**: posição estrutural e disposições sociais que envolvem a categoria mãe na civilização mediterrânea e na sociedade brasileira. In: HEILBORN, M. L., FRANCETTO, B. e CAVALCANTI, M. L. (org.) *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. p. 109-142.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado**: o feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CONNEL, R.W. **Masculinities**. Berkeley, Los Angeles, California: University of California Press, 1995.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Em buritis as mulheres é que fazem encrencas”. Montes Claros, 1972.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Mulher que matou o marido (e que estava foragida) foi presa em São Paulo”. Montes Claros, 23 de abril de 1972.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Quis tirar ‘onda’ e apanhou das mulheres”. Montes Claros, 07 de maio de 1972.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Inquilina arranca cabelos da senhoria”. Montes Claros, 16 de maio de 1972.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Dona Tuta que não respeita nem o vizinho que é cego”. Montes Claros, 15 de julho de 1972.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Agrediu a mãe e a filha com pauladas”. Montes Claros, 1975.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Estão provocando a viúva com palavrões”. Montes Claros, 31 de julho de 1975.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Em briga de mulher somente a polícia entra”. Montes Claros, 07 de agosto de 1975.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Ficou de olho grande na lenha da mãe”. Montes Claros, 18 de novembro de 1975.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “De repente uma facada nas costas”. Montes Claros, 02 de dezembro de 1975.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Marido agredido por sua mulher dá queixa na polícia”. Montes Claros, 20 de fevereiro de 1979.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Mulher de delegado responde com tiro”. Montes Claros, 20 de fevereiro de 1979.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Fim-de-semana foi da mulher: uma bate na mãe, outra desafia e a terceira é flagrada nua”. Montes Claros 03 de abril de 1979.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Na briga de mulheres, uma necessita de cirurgia”. Montes Claros, 18 de maio de 1979.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Frequentador de Zona é agredido por mulher”. Montes Claros, 22 de maio de 1979.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Mulher esfaqueia seu amante e outra deita no asfalto para morrer”. Montes Claros 25 de maio de 1979.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. “Mulher ciumenta quase mata outra que começou caso com seu amante”. Montes Claros, 24 de julho de 1979.

DAUPHIN, Cécile. Fragiles et puissantes, les femmes dans la société du XIXe siècle. Paris, XVIII^e siècle. In : DAUPHIN, C.; FARGE, A. (dir.) **De la violence et des femmes**. Paris : Albin Michel, 1997. p.95-112.

FARGE, Arlette. Proximités pensables et inégalités flagrantes. Paris, XVIII^e siècle. In : DAUPHIN, C.; FARGE, A. (dir.) **De la violence et des femmes**. Paris : Albin Michel, 1997, p.79-94.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. Trad. Suzana Funck. In: HOLLANDA, H. B. (org.) **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.206-242.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

_____. Onde não há igualdade. In: MORAES, A. F. e SORJ, B. (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p.158-184.

MARQUES, Cristiane Gomes. Homens “autores de violência conjugal”: modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. In: MORAES, A. F. e SORJ, B. (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, p.110-143.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu lar é o botequim**: alcoolismo e masculinidade: São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MONTORO, Tânia. Notícias de violência: uma leitura. In: SUAREZ, M. e BANDEIRA, L. (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 105-120.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n° 14, p.13-44, 2004.

MORAES, Aparecida Fonseca e SORJ, Bila. Os paradoxos da expansão dos direitos das mulheres no Brasil. In: MORAES, A. F. e SORJ, B. (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p.10-22.

PAULA, Hermes. **Montes Claros: sua história, sua gente, seus costumes**. Belo Horizonte: Minas Gráfica, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de Gênero no Brasil Atual. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 2, Número Especial, p. 443-461, 2º semestre, 1994.

SOARES, Barbara Musumeci. Violência entre parceiros íntimos e criminalização da vida privada: onde nos leva este caminho? In: MORAES, A. F. e SORJ, B. (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p. 144-157.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SUAREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes. Introdução a gênero, violência e crime no Distrito Federal. In: SUAREZ, M. e BANDEIRA, L. (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, 1999.

VEJA. “Caso Yoki: mulher fatal – a história de Elize Matsunaga, assassina confessa, que esquartejou seu marido milionário enquanto a filha dormia. São Paulo, Ed. 2273, ano 45, nº 24, 13 de junho de 2012. Capa.

VEJA. “Fim do conto de fadas”. São Paulo, Ed. 2273, ano 45, nº 24, 13 de junho de 2012. p 84-90.

ZICMAN, Renée Barata. A História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo: Edusc, n.4., p.189-102, 1985.

Artigo recebido em 06/11/2012, aceito para publicação em 14/12/2012